



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

ÁGUA, NOSSO PRIMEIRO ALIMENTO: O CASO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)

Eryka Galindo¹

GT 10: Movimentos Sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil Contemporâneo

RESUMO

O presente trabalho aborda dados e análises preliminares de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que se situa no campo de estudos das teorias dos movimentos sociais, tendo por foco os movimentos alimentares (Motta, 2021). O seu objetivo é discutir os significados e sentidos em torno da água construídos por lideranças e agricultores e agricultoras do semiárido, vinculadas a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Adotou-se como métodos de pesquisa a análise de documentos institucionais da ASA, das entrevistas às suas lideranças, das gravações e notas de campo produzidas durante as visitas às propriedades de agricultores e agricultoras do semiárido e da participação em eventos. Conclui-se que os sentidos e significados construídos em torno da água vão além das noções de água como direito, ou como condição para produção de alimentos e, por conseguinte, de promoção da segurança alimentar. A essas perspectivas são agregados outros significados, que enxergam a água como nosso primeiro alimento, como conhecimento, como construção de autonomia e forma de lutar contra as desigualdades, além de condição para produzir e preparar alimentos. Tudo isso informa sobre os modos de vida e coexistências criadas no semiárido, produzidas a partir dos seus ciclos de abundância e escassez, das interações interespecíficas, dos saberes e valores que cada ser reúne naquele território e das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas reproduzidas ali.

Palavras-chave: convivência com semiárido; água; alimento;

¹ Pesquisadora do grupo de pesquisa Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy, Universidade de Heidelberg. Doutoranda em Sociologia, Freie Universität Berlin. eryka.galindo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda dados e análises preliminares da pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que tem por título *Água, alimento da vida: Articulação do Semiárido Brasileiro, alimentação e transformação socioecológicas*. Conta ainda com as elaborações teórico e metodológicas desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy, sediado na Universidade de Heidelberg – Alemanha, que investiga como os movimentos sociais por meio de ações, conhecimentos e tecnologias têm construído transformações socioecológicas e dos sistemas alimentares, para que se tornem ecológicos, democráticos e justos.

A pesquisa se situa no campo de estudos das teorias dos movimentos sociais, tendo por foco os movimentos alimentares, que abarcam um amplo espectro de movimentos sociais, redes de movimentos, coletivos e ativismos que atuam em diferentes partes do mundo, questionando dinâmicas de desigualdades no sistema alimentar e pautando caminhos de transformação socioecológica e justiça alimentar (Motta, 2021). Vão desde os movimentos por soberania alimentar e agroecologia (Holt-Giménez; Altieri, 2013; Martínez-Torres; Rosset, 2014), os que se organizam em torno do feminismo (Aguilar, 2016; Conway, 2018; Masson et al., 2017; Siliprandi, 2015), da decolonialidade (Santos, 2020), da justiça alimentar (Alkon; Agyeman, 2011; Guthman, 2011; Slocum, 2007), do veganismo (Beilin; Suryanarayanan, 2017; García, 2019; Carmo, 2019), de redes e iniciativas de alimentação alternativa (Allen, 2010; Goodman et al., 2012).

Como categoria analítica aberta, o conceito de movimentos alimentares permite visibilizar os diferentes atores sociais e os caminhos que constroem em direção à justiça alimentar. Potencialmente, permite analisar uma variedade de agência, conhecimentos e lutas que embora possam não estar explícita ou diretamente associadas à justiça alimentar, aliam-se a ela. Em outras palavras, a referida categoria permite trazer à baila um conjunto de movimentos sociais e ativismos que não centram sua ação em direção às questões alimentares, mas que incidem diretamente sobre a agenda alimentar em diferentes escalas. Ilustra bem este argumento, a experiência da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que tem a convivência com o semiárido e o direito à água como o centro de suas ações, sendo estes, pilares por meio dos quais constróem incidência no sentido da superação da fome e da produção de alimentos. Pode-se dizer, que a água assume um lugar central dentro da ASA. Por meio dela se constroem sentidos e significados que orientam sua forma de entender e lutar pelo semiárido, como debateremos neste trabalho.

Esta etapa da pesquisa se dedicou a entender os sentidos e significados que orientam a rede de movimentos sociais estudada. Parto do entendimento de que para refletir e analisar o que a ASA vem criando, não basta olhar para o semiárido e para a água desde ângulos

mais convencionais e estáveis. Em outras palavras, o semiárido é mais do que uma região delimitada por critérios climáticos de volume pluviométrico e aridez do solo; e a água é mais que uma condição necessária à produção de alimentos, ou mesmo, um direito humano.

Assim, é objetivo desse trabalho discutir os significados e sentidos em torno da água construídos por lideranças e agricultores e agricultoras do semiárido, vinculadas a Articulação do Semiárido Brasileiro. Por este caminho, estou buscando entender e refletir sobre as ontologias da água no semiárido².

Aqui estão reunidas as primeiras análises das análises de documentos institucionais, das entrevistas realizadas junto à lideranças da ASA, das gravações e notas de campo produzidas a partir da participação em eventos e da visita às propriedades de agricultores e agricultoras familiares da região semiárida.

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA

Segundo dados do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) o semiárido brasileiro se estende pelos nove estados da região Nordeste e também pelo norte de Minas Gerais, abarcando 1262 municípios. É um dos semiáridos mais povoados do mundo, ocupando um total de 12% do território nacional e abrigando cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%). De acordo com os dados do último censo, presente na obra de Medeiros (2012), mais da metade da população que residia no semiárido naquele período se autodeclarava negra³ (66,8%) e do sexo feminino (50,6%). Esta região também abriga quase 29% das agricultoras e agricultores familiares do Brasil (1,5 milhão de famílias agricultoras), que ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis, e cerca de 81% das comunidades quilombolas de todo o país⁴. Além desses, o semiárido abriga uma diversidade de outros seres, que comprova sua diversidade. São mais de onze mil espécies vegetais e, aproximadamente, 1.307 espécies animais, dentre as quais 327 são exclusivas da região.

Embora, o imaginário social ainda desenhava o semiárido como lugar de chão seco, sem água, ele é o semiárido com maior nível de precipitação de chuva do planeta. Ao mesmo tempo em que há longos períodos de estiagem, também há bons períodos, mesmo que curtos, de fortes chuvas. Elas são essenciais para reavivar lagos e rios, além das plantas, animais e toda a gente,

² Entendo esta como uma etapa da tese, que me possibilitará responder ao seu objetivo geral que é analisar as agências da ASA e como contribuem em direção às transformações socioecológicas e dos sistemas alimentares.

³ Foram somados os percentuais das pessoas que se autodeclararam pardas (59,6%) e pretas (7,2%).

⁴ Dados retirados do site da ASA, disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/semiárido>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

que capta um tanto de água e um muito de esperança.

Se por um lado, o clima semiárido está envolto por uma série de critérios técnicos de classificação, baseado em volumes de chuva e índices de evapotranspiração, que servem como medida de delimitação de sua abrangência e, por consequência, como ferramenta para o desenho de políticas públicas, por outro, grande parte dos seus habitantes, principalmente, os movimentos sociais, reconhecem-no como território vivo, fruto das interações entre os diferentes seres, sejam elas biológicas, climáticas, culturais, sociais, políticas, econômicas, espirituais.

O paradigma da convivência com o semiárido advem de uma nova forma de enxergar o território, sendo resultado da ação de diferentes atores sociais e políticos, suas experimentações e formas de incidência o individual, coletiva e pública.

Segundo Marinho (2006), há três propostas alternativas de onde ser enxerga o semiárido brasileiro, que influenciam a forma como as políticas públicas são implementadas: 1) a proposta de combate às secas e seus efeitos – orientada pela construção de obras hídricas de pequeno, médio e grande porte, por medidas emergenciais de doação de alimentos ou recursos financeiros para conter o avanço da fome e de medidas de apoio à migração, sobretudo para a Amazônia, na década de 70; 2) a modernização econômica, voltada ao aumento da produtividade econômica – baseada nos princípios de modernização conservadora, apoiado pelas políticas de suporte à irrigação e reestruturação da propriedade rural na região; 3) a convivência com o semiárido – marcada por uma melhor convivência entre seres humanos e natureza, com base na sustentabilidade ambiental, e pela construção de novos sentidos para o desenvolvimento das atividades econômicas, não mais baseado na exploração e esgotamento dos bens comuns.

Embora, no esquema proposto por Marinho (2006), essas propostas tenham ganhando mais força em determinados momentos da história, sendo o combate à seca mais presente até a primeira metade do século XX, a modernização da atividade econômica no semiárido entre 1950 e 1990, e a convivência com o semiárido a partir dos últimos anos do século XX, é possível perceber sua coexistência desses princípios na atualidade. O paradigma da convivência com o semiárido não é uma unanimidade na atualidade. Contra ele operam diferentes forças e atores sociais e políticos, mantendo vivo princípios controversos. Nesse cenário, a ASA nasce e continua sendo um dos atores políticos mais importantes na (re)elaboração do que se convencionou chamar por paradigma da convivência com o semiárido, orienta suas ações dentro dos seus pilares.

A ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA): SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE A ÁGUA

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) tem uma trajetória de mais de 20 anos orientada pela defesa da convivência com o semiárido⁵ e da garantia do direito à água.

Foi criada em 1999, em um contexto macropolítico ainda influenciado pelos processos de redemocratização do país, nos anos 80, e pelos debates e mobilizações socioambientais socioambientales, fortalecidos pela ECO 92 (a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocorreu no estado do Rio de Janeiro). Em nível regional, a criação da ASA parte das experimentações de tecnologias sociais e ação social desenvolvida por movimentos e ONGs no semiárido, principalmente, em reação à realidade de seca severa nas décadas de 80 e 90, que teve como marco político, a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1993, realizada por vários movimentos e organizações sociais, grande parte deles, responsáveis pela criação da ASA, anos depois.

A ASA é uma rede que articula e organiza, aproximadamente, 3 mil movimentos sociais, organizações, coletivos e associações. Sua composição se baseia em uma diversidade de atores que inclui ONGs, organizações humanitárias (religiosas e de ação social), sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos sociais, associações e cooperativas de abrangência local, regional, municipal, estadual e nacional.

As ações desenvolvidas pela ASA são caracterizadas por uma variedade de iniciativas, que vão desde a criação, experimentação e difusão de tecnologias sociais⁶, passando pela incidência pública – a partir de diálogos e negociação com poderes executivo, legislativo e judiciário -, participação em conselhos sociais, execução de projetos e políticas públicas, até a formação, organização e mobilização de agricultores e agricultoras familiares, camponeses quilombolas e indígenas no semiárido.

A ASA é reconhecida mundialmente, principalmente, como fomentadora de tecnologias sociais de convivência com o semiárido. A iniciativa mais importante é a construção de cisternas

⁵ A convivência com o semiárido é uma abordagem que ganha visibilidade no final dos anos 90 e se coloca em contraposição às ideias de que seria necessário combater e lutar contra os períodos de estiagem. Questiona o conjunto de medidas governamentais de caráter assistencialista, implementadas a partir dos anos 70, que pouco reconheciam os ciclos naturais, a riqueza de espécies e o alto potencial de diversidade característicos das zonas semiáridas, como capazes de promover melhores condições de vida e a autonomia das suas populações. Ela sobrepõe a noção de combate a seca pela ideia de respeito e construção de caminhos de convivência com o território semiárido, por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais, de políticas públicas e outras iniciativas, que preparem estas populações para os períodos mais severos de estiagem. A estocagem de água, a proteção e guarda de bens comuns, como as sementes e a sociobiodiversidade, o uso racional de recursos naturais são algumas das dimensões importantes para o entendimento desse conceito.

⁶ São entendidas como técnicas, metodologias ou mesmo produtos com possibilidade de replicação, desenvolvidas e/ou aplicadas em interação com uma comunidade, que representam soluções de transformação social, mediante o uso sustentável de recursos locais (Rede de Tecnologia Social, 2010).

de placas, para o armazenamento das águas das chuvas. Por meio delas, as famílias envolvidas nessas ações têm acesso à água de qualidade em seus quintais, para consumo doméstico e produção de alimentos, melhorando as condições de vida nos períodos de estiagem e secas mais severas. A partir de 2004, com a criação do Programa Um Milhão de Cisternas, e em 2014, com o Programa Uma Água, Duas Terras, o o governo federal passou a incorporar a construção de cisternas de placas, como parte da política pública de garantia do acesso à água, promoção da segurança alimentar e redução da extrema pobreza para a população do semiárido. Tal iniciativa, foi em grande medida resultado da incidência da ASA junto ao poder público.

Institucionalmente, a ASA se organiza por meio de espaços organizativos nos níveis municipais, estaduais e nacional. Nacionalmente, a ASA Brasil conta com uma Coordenação Ampliada (constituída por representações dos nove estados do Nordeste mais Minas Gerais) e uma Coordenação Executiva (composta por 4 representantes da Coordenação Ampliada, que, atualmente, são os representantes dos estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Ceará), eles são também diretores da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que funciona como o braço jurídico da ASA, que permite a captação de recursos e execução de ações locais, a partir de editais públicos e de projetos com a cooperação internacional.

A água é componente central na organização das lutas da ASA, em torno da convivência com o semiárido. Essa afirmação embora possa soar óbvia, dada a realidade de estiagens na região, acirrada pelas mudanças climáticas, quer evidenciar a diversidade de formas e feições que a água assume no semiárido, para além das consagradas noções de água como direito.

Uma breve revisão de literatura combinando os descritores, água AND semiárido AND alimento, no google scholar, permitiu identificar como visão predominante, a noção de acesso à água como condição para a produção de alimentos, sendo nesse sentido discutidas a importância do uso de tecnologias sociais (Lima, Da Silva e Sampaio, 2011; Santiago e Jalfim, 2018); os perigos da contaminação dos alimentos por meio dos recursos hídricos (De Andrade Palma e Lourencetti, 2011); os conflitos de interesses diante de obras de transposição (Diniz e Maluf, 2020), além de pesquisas que mostram a relação entre insegurança alimentar e insegurança hídrica, que reforça a noção de água e o alimento como direitos (Viana e Segall, 2008)

AS visões constuídas no âmbito da ASA extrapolam o que se apresenta na literatura. Há um espectro de formas de ver e se relacionar com a água, que nos parecem úteis para refletir sobre as bases que sustentam o paradigma da convivência com o semiárido, como também para entender como contribuem para superação das desigualdades alimentares.

Tendo por base a leitura dos documentos institucionais, a escuta das entrevistas de

lideranças da ASA, agricultores e agricultoras, que contam com as tecnologias sociais de convivência com o semiárido, e transcrições das notas de campo durante a participação em eventos institucionais, organizei em cinco categorias, as visões construídas em torno da água, sendo elas: 1) água como primeiro alimento; 2) água como recurso para produção e preparo dos alimentos; 3) água como conhecimento; 4) água como luta contra as desigualdades; 5) água como autonomia.

Água como primeiro alimento

Vários relatos revelam que a água é, em si mesma, alimento e, mais que isso, é o primeiro e mais importante dos alimentos. Sem água não há vida, não há corpos aptos e dispostos a agir, existir no mundo, buscar ou produzir outros alimentos. Assim, se constrói uma primazia, a água como o alimento que vem primeiro, como afirma uma liderança nacional da ASA: “O primeiro alimento é a água, né!? Sem água não há alimento, tanto no sentido da água para beber e cozinhar, quanto para produzir alimentos.” (Liderança da ASA, 2023).

Nesse mesmo sentido, mas de maneira mais ampla, a água é vital não só para os seres humanos, mas também para todas as formas de vida que habitam o semiárido. A água como aquela que nutre, hidrata os corpos humanos e todos os corpos vivos que habitam o semiárido (plantas, animais, etc.). Como mencionou outra liderança da ASA: “Ela alimenta, hidrata, faz o corpo funcionar... Não só os corpos humanos mas todos os corpos vivos.” (Liderança da ASA, 2023).

Assim, a água é vista como fundamental para fazer viver o conjunto de seres e os ecossistemas presentes no semiárido, sendo necessária a todos, ao mesmo tempo que, por esse caminho, gera as condições de (re)produção dos modos de vida do semiárido, compartilhada entre os diferentes seres. Os ciclos de chuva e seca, as possibilidades de acesso ou escassez influencia os modos de vida, presentes ali.

Essas perspectivas reforçam a água tanto como fator vital, necessária para o funcionamento dos corpos fisiologicamente falando, quanto como elemento simbólico, que nutre o semiárido, seus ecossistemas, suas formas de vida nessa constante entre ciclos de fartura e estiagem de água, que se faz presente e vital, em qualquer dos cenários.

Água como recurso para produção e preparo dos alimentos

Um segundo aspecto diz respeito à água como recurso indispensável à produção de alimentos ou mesmo ao preparo deles.

Por esse caminho, o primeiro alimento, que é a água, é também visto como parte essencial para assegurar o acesso a outros alimentos, tanto os que brotam do roçado, quanto os que se servem à mesa, como ilustra o depoimento seguinte: “A água é necessária para

preparar os demais alimentos e necessaria para producir nuevos frutos, nuevos alimentos.” (Liderança da ASA, 2023).

Os relatos das lideranças e agricultores e agricultoras envolvidos nas ações da ASA destacam, principalmente, a importância das tecnologias sociais de convivência com o semiárido como criadoras de melhores condições para ter acesso à água e, a partir dela, produzir e preparar os alimentos. Foram enfatizados como as cisternas de placa, e o próprio Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), são essenciais para ter água para o consumo doméstico, para beber e preparar alimentos. Além da água para a produção de alimentos e criação animal, por meio das tecnologias de cisternas-calçadão, cisternas-enxurrada e outras, também implementadas no âmbito do Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2). Há ainda destaques sobre a importância de produzir alimentos saudáveis, tendo por referência a agroecologia.

Água como conhecimento

Esses relatos nos falam de como viver com a escassez ou abundância de água permite aos povos do semiárido produzir, reconhecer e compartilhar saberes.

São histórias contadas sobre as aprendizagens absorvidas com as experiências de escassez de água, que vão desde aspectos relacionados à percepção dos sinais da chegada da chuva e conhecimentos sobre como melhor usar a água, definir o melhor tempo de jogar as sementes e sobre a definição das culturas agrícolas mais apropriadas a cada período. Por outro lado, também se somam relatos sobre as aprendizagens adquiridas com a abundância de água, desde os saberes sobre como limpar o telhado para receber a água da chuva, construir as cisternas em mutirão, aprender com os intercâmbios entre agricultores e agricultoras do semiárido e as formações e espaços de organização promovidos pela ASA.

Os saberes são vistos como componente que afirma o valor dos seres que vivem no semiárido, ou seja, são existências providas de conhecimento e de muito valor. (Re)produzem saberes próprios e necessários a vida nesse lugar. Por esse caminho, questionam o imaginário que ainda vincula o semiárido, não só à pobreza econômica, mas também a de conhecimento.

É preciso ter em conta, que os conhecimentos são construídos, transmitidos e reelaborados desde a interação interespecie, ou seja, não são só os processos de trocas entre agricultores e agricultoras, parentes, vizinhos e técnicos/as da assistência técnica e extensão rural que contam. Todos os seres do semiárido reúnem e expressam saber, a interação estabelecida entre eles potencializa a construção de conhecimentos, como nos informa o seguinte trecho de entrevista: “Por exemplo, a árvore do umbuzeiro. Depois da primeira chuva você vai lá, dois ou três dias mais tarde, sua raiz está cheia, como uma cisterna cheia de água... cheia de água e alimento (nutrientes).” (Liderança da ASA, 2023. Grifo da autora)

Água como luta contra as desigualdades

A água assume um importante papel na luta contra as desigualdades sociais, políticas e econômicas. Por meio dela se questiona o modelo capitalista, concentrador de renda, do poder, bem como, da terra, das sementes e da própria água.

Os discursos afirmam que é central, não só dispor de água de qualidade, mas também que seu acesso seja descentralizado e universal, de forma a garantir, com autonomia, o direito de todos seres à água, especialmente, para que as pessoas possam beber, comer e plantar. Por conseguinte, denunciam as privatizações e obras hídricas que se baseiam na lógica de centralizar, nas mãos do agronegócio, e do setor empresarial, o direito à água. Democratizar e universalizar é pilar essencial da ação da ASA. Ter cisterna no quintal de casa é uma forma de mostrar que existem meios de garantir acesso à água sem, necessariamente, depender de um sistema centralizado, excludente e caro.

Nessa discussão, também se expressa a defesa em torno da preservação da vida dos rios e seus cursos, além dos seres e populações que vivem nele e dele. Há uma preocupação de que obras que propõem desvios e transposições, que alteram os caminhos das águas de rios, bacias etc., comprometam suas existências. As lutas contra a transposição do Rio São Francisco ilustram bem essa ideia. Em carta produzida em denúncia às diferentes intervenções feitas no “velho Chico” (como o denominam o Rio São Francisco), a ASA diz:

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) soma-se às muitas vozes das lideranças, comunidades ribeirinhas, povos tradicionais, movimentos sociais, comitês de bacias, pastorais sociais e especialistas para denunciar **a morte do Rio São Francisco** e exigir do Estado brasileiro ações imediatas para reverter tal quadro de penúria, abandono, exploração, descaso e privatização de suas águas. (ASA, 2017. Grifo da autora)⁷

Opõem-se não só a morte dos cursos d'água, mas também ao desmatamento da caatinga e desterritorialização das populações, para atender aos interesses do mercado, como registra matéria disponível no site da ASA: "É uma obra quase megalomaniaca, grandiosa demais, que passa por cima de comunidades indígenas, comunidades tradicionais, de agricultura familiar e que favorece em grande parte os grandes produtores. (...) "Ela não é uma obra de democratização da água, é mais uma obra de concentração da água." (Naidson Baptista, site da ASA)⁸.

⁷ <https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10407-a-morte-do-velho-chico-ameaca-a-convivencia-com-o-semiarido>

⁸ <https://www.asabrasil.org.br/152-radio-asa/riquezas-da-caatinga/1458-%26quot;transposi%26ccedil:%26atilde;o-do-s%26atilde;o-francisco-n%26atilde;o-democratiza-a-%26aacute:gua-no-semi%26aacute;rdo%26quot;>

Por meio das discussões sobre democratizar o direito à água, também se questiona a concentração de terras perpetuada ao longo da história do Brasil, que priva a população do semiárido de plantar e colher alimentos saudáveis, e mesmo, do acesso aos mananciais de água disponíveis. Assim, é comum nos discursos a articulação entre direito à terra e à água, como vemos a seguir: “Nós enfrentamos uma estrutura agrária perversa no Brasil. Muitas famílias da região semiárida têm que eleger entre instalar uma cisterna ou ter um pedaço de terra para plantar. (Liderança da ASA, 2023)

Água como autonomia

A água da chuva armazenada em cisternas permitiu atender mais do que uma necessidade vital, gerou autonomia para os habitantes da região semiárida.

Em primeiro lugar, trouxe autonomia econômica, pois as pessoas têm menos necessidade de comprar água fornecida por empresas privadas, por meio dos caminhões pipa. Trouxe também autonomia política. Afinal, em muitos municípios, os políticos locais usam a água como moeda de troca para ganhar votos, como afirma o entrevistado: “Há muitos prefeitos, vereadores que estão colocando as pessoas que não têm acesso à água na dependência... distribuindo água para que as pessoas votem neles.” (Liderança da ASA, 2023). Ou, em outros casos, a elite agrária local usa a água para ameaçar e chantagear a população.

A água também permite maior autonomia para a vida das mulheres. Ao ter água na cisterna, perto de suas casas, as mulheres não precisam mais percorrer longas distâncias para buscá-la, em muitas situações, correndo o risco de sofrer violência. Os materiais da ASA e as entrevistas realizadas informam que as cisternas são instaladas exatamente nos quintais – e não nos roçados – exatamente, por serem esses os espaços de trabalho das mulheres, uma vez que elas que são as responsáveis, também, pelo trabalho reprodutivo e de cuidados, e nesse sentido, por prover de água a família, as plantas e os animais.

Embora essa realidade não solucione todas as desigualdades de gênero, derivado de uma cultura patriarcal, ela influencia a vida e gera novas possibilidades às novas gerações de mulheres do semiárido, como afirma uma das entrevistadas: “Digo à minha filha: graças a Deus, você não terá que carregar lata d’água pesada na cabeça, debaixo um sol quente, como eu fazia quando era criança, junto com sua avó!” (Agricultora familiar do semiárido, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não seria nenhuma novidade afirmar a centralidade que a água assume na ação e

discursos da Articulação do Semiárido Brasileiro, afinal, esta rede de movimentos nasce com o propósito de construir um novo paradigma, baseado na convivência com o semiárido baseada na concentração do acesso à água.

Este trabalho busca inovar, na medida em que busca entender os significados e ontologias construídas nesse território sobre a água. Reconhecendo-as como bases por meio das quais se criam caminhos de transformação socioecológica, que disputam e, mesmo, alteram os sistemas alimentares, aspectos estes, que serão aprofundados nas próximas etapas desse trabalho de pesquisa.

Dessa maneira, os sentidos e significados construídos em torno da água vão além das meras noções de água como direito, recurso natural ou elemento vital. A essas perspectivas são agregadas outras noções, sobre como a água informa sobre os modos de vida e coexistências criadas no semiárido, produzidas a partir dos seus ciclos de abundância e escassez, dos interações interespecies, dos saberes e valores que cada ser reúne naquele território e das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas reproduzidas ali.

São muitas formas de ver a água, que combinadas entre si, permitem construir uma prisma mais amplo de onde se vê e se constoem sentidos sobre as lutas tecidas no semiárido. Por outro lado, há que se reconhecer que essas visões não são unânimes mesmo dentro da ASA, cabendo ainda mais esforços analíticos, no sentido de identificar e dialogar criticamente com as ambivalências.

REFERÊNCIAS

Aguiar V. V. P. (2016). Mulheres rurais, movimento social e participação: Reflexões a partir da Marcha das Margaridas [Rural women, social movement and participation: Reflections on the Marcha das Margaridas]. *Política & Sociedade*, 15, 261–295.

Allen P. (2010). Realizing justice in local food systems. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(2), 295–308.

Alkon A. H., Agyeman J. (2011). *Cultivating food justice: Race, class, and sustainability*. MIT Press.

Beilin K. O., Suryanarayanan S. (2017). The war between amaranth and soy: Interspecies resistance to transgenic soy agriculture in Argentina. *Environmental Humanities*, 9(2), 204–229.

Carmo Í. N. do (2019). Feminista e vegana: Gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens [Feminist and vegan: Gastropolitics and the conventions of gender, sexuality and species among young feminists]. *Revista Estudos Feministas*, 27(1).

Conway J. M. (2018). When food becomes a feminist issue: Popular feminism and subaltern

agency in the world march of women. *International Feminist Journal of Politics*, 20(2), 188–203.

De Andrade Palma, D. C.; Lourencetti, Carolina. (2011) Agrotóxicos em água e alimentos: risco a saúde humana. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, v. 14, n. 2, p. 7-21.

Diniz, P. C. O., & Maluf, R. S. (2020). Usos e Conflitos por Água no Rio Paraíba em Face da Transposição do Rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. *Agricultura em Foco: tópicos em manejo, fertilidade do solo e impactos ambientais*. Editora Científica, 251.

García M. E. (2019). Death of a guinea pig: Grief and the limits of multispecies ethnography in Peru. *Environmental Humanities*, 11(2), 351–372.

Goodman D., Dupuis E. M., Goodman M. K. (2012). *Alternative food networks: Knowledge, practice, and politics*. Routledge.

Guthman J. (2011). 'If they only knew': The unbearable whiteness of alternative food. In Alkon A. H., Agyeman J. (Eds.), *Cultivating food justice: Race, class and sustainability* (pp. 263–281). MIT Press.

Holt-Giménez E., Altieri M. A. (2013). Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37(1), 90–102.

Lima, A. E. F., da Silva, D. R., & Sampaio, J. L. F. (2011). As tecnologias sociais como estratégia de convivência com a escassez de água no Semiárido Cearense. *Conexões-Ciência e Tecnologia*, 5(3).

Martínez-Torres M. E., Rosset P. M. (2010). La Vía Campesina: The birth and evolution of a transnational social movement. *The Journal of Peasant Studies*, 37(1), 149–175.

Masson D., Paulos A., Beaulieu Bastien E. (2017). Struggling for food sovereignty in the World March of Women. *The Journal of Peasant Studies*, 44(1), 56–77.

Motta, R. (2021). Social movements as agents of change: Fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. *The Sociological Review*, 69(3): Pgs. 603-625.

Rosa, M. C. . (2022). Por uma ética da ontoformatividade: reflexões e proposições sobre a relação ontológica entre teoria e pesquisa na sociologia contemporânea do sul global. *Sociedade E Estado*, 37(03), 885–906.

Santiago, F. e Jalfim, F. (2018). O Sistema Bioágua Familiar: Reúso de água cinza doméstica para produção de alimentos no semiárido brasileiro. IN: CTA, 2018. *Capitalização de experiências: Lições para o desenvolvimento em Moçambique e no Brasil*, volume 2. Experience Capitalization Series 5. Wageningen: CTA:22-27.<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-2022370300064>

Siliprandi E. (2015). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas* [Women and agroecology: transforming the countryside, forests and people]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Vianna, R. P. D. T., & Segall-Corrêa, A. M. (2008). Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. *Revista de Nutrição*, 21, 111s-122s.

